

**O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: PRÁTICAS EDUCATIVAS.** Mialhe FL, organizador. São Paulo: Editora Unicamp; 2011. 150p.

ISBN: 978-85-268-0931-4

O livro *O Agente Comunitário de Saúde: Práticas Educativas*, organizado por Fábio Luiz Mialhe, compõe-se de um conjunto de textos, de diversos autores, que abordam, de forma crítica e fundamentada, as práticas educativas dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), integrantes das equipes do Estratégia Saúde da Família, as quais se caracterizam pelo estreito vínculo que mantêm com os usuários. A obra está organizada em cinco capítulos, enriquecida de uma apresentação, trazendo reflexões teóricas, resultados de intervenções e estudos, todos contextualizados nas experiências.

Na apresentação, o organizador expõe a relevância do trabalho desenvolvido pelos ACS, principalmente no âmbito da educação em saúde, levantando algumas contradições que intermedeiam as práticas destes e ge-

ram indagações a serem investigadas. Destaca que estas representaram a força mobilizadora da elaboração da obra.

A saúde da família no Brasil e seus agentes é o tema do primeiro capítulo. Nele, Samuel Jorge Moisés resgata inicialmente alguns fatos históricos da agenda político-sanitária da Atenção Primária em Saúde no contexto mundial e brasileiro, situando, no caso do Brasil, o Programa Saúde da Família e seu antecedente – o Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde. Ainda no mesmo capítulo, é feita uma retrospectiva sobre resultados de pesquisas realizadas, algumas de caráter institucional e outras de caráter acadêmico, que debatem o tema da Saúde da Família e apontam o modelo como estruturante do sistema de saúde, embora com vários problemas ainda a serem superados. Concluindo, o autor faz uma análise sobre os agentes que desenvolvem o trabalho na Assistência Primária de Saúde/Saúde da Família, destacando o papel dos ACS no processo de trabalho coletivo, ressaltando, ao final, as possibilidades e limites desse nível de complexidade da assistência. No processo de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), a formação dos ACS, marcada por concepções educativas mais tradicionais, reflete-se nas práticas educativas desenvolvidas por eles, uma vez que reproduzem modelos prescritivos, sem a valorização do diálogo de saberes.

No segundo capítulo, Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre abordam o cenário e o drama da educação em saúde no mundo contemporâneo, em face dos sentidos e visões hegemônicas da saúde e da doença, que influenciam as práticas de saúde e as práticas educativas. Tais práticas convivem com dilemas entre o saber científico e o saber popular, que necessitam ser enfrentados e superados, na perspectiva de um diálogo de saberes, objetivando a des-fatalização da doença e a des-tecnologização da saúde na experiência histórica do ser humano.

Um diálogo da educação em saúde com o trabalho dos ACS é apresentado no terceiro capítulo por Helena Maria Scherlowski Leal Davi. A autora reflete acerca de alguns aspectos que caracterizam o trabalho desenvolvido pelos ACS, influenciados pelo paradigma biomédico, pela sua inserção enquanto membros da própria comunidade onde atuam e pelos problemas relacionados ao acesso aos serviços de saúde e à resolutividade destes. Por sua vez, Davi infere que o contexto analisado interfere na opção de ser um agente comunitário de saúde e no modo como são desenvolvidas as ações educativas, com dificuldades e possibilidades no cotidiano. Diante da realidade expressa, propõe uma reinvenção das práticas educativas assentada em bases incluídas, democráticas e dialógicas, nas quais sejam exercitadas outras racionalidades com equalização de discursos e trocas solidárias.

Os discursos dos ACS sobre suas práticas educativas são apresentados no quarto capítulo, por Fábio Luiz

Mialhe e Helena Maria Scherlowski Leal Davi, resultantes de uma pesquisa de corte transversal com abordagem qualiquantitativa, que utilizou, em sua análise, o método do discurso do sujeito coletivo. Os resultados são apresentados de forma bastante interessante, explicitando as vozes dos agentes sobre suas vivências educativas e dificuldades, as quais retratam experiências baseadas em projetos pedagógicos diversificados, com reflexões que fundamentam os referidos discursos. Indicam também a necessidade de se repensarem as práticas educativas desenvolvidas pelos ACS para promoção do empoderamento e exercício da cidadania por parte da população, sendo de fundamental importância o apoio e o desenvolvimento de processos de educação permanente.

No capítulo seguinte, intitulado Ensino em Serviço para o Desenvolvimento de Práticas Educativas no SUS pelos ACS, Lúcia Rondelo Duarte retoma a importância de uma política de educação permanente para os agentes, ancorada em metodologias ativas e problematizadoras, com base na realidade vivida pelos atores envolvidos, na busca de uma aprendizagem significativa, da elevação da autoestima e da emancipação. Em virtude do novo perfil de atuação dos ACS, exigido no campo de trabalho, faz-se necessária a implementação de políticas de educação permanente, que estimulem ações educativas críticas baseadas na realidade das práticas vivenciadas e nas transformações políticas, tecnológicas e científicas relacionadas à saúde.

Portanto, podemos afirmar que as abordagens do livro lançam elementos enriquecedores do debate no campo da educação em saúde, contribuindo para o incremento de bases propositivas, visando à superação de limites, apostando em uma prática educativa mais eficiente e dialógica.

Rosana Lucia Alves de Vilar  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.  
rosanaalves@supercabo.com.br

Pedro Henrique Silva de Farias  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.  
pedro\_hsilvaf@hotmail.com